



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2014.0000096620

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0026192-88.2010.8.26.0011, da Comarca de São Paulo, em que é apelante WALTER AUGUSTO VARELLA, são apelados EDITORA ABRIL S/A e AUGUSTO NUNES.

ACORDAM, em 1ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CHRISTINE SANTINI (Presidente) e CLAUDIO GODOY.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2014.

Rui Cascaldi
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO Nº: 27856
APEL.Nº: 0026192-88.2010.8.26.0011
COMARCA: SÃO PAULO
APTE. : WALTER AUGUSTO VARELLA
APDO. : EDITORA ABRIL S/A E OUTRO
JUIZ : RAQUEL MACHADO CARLEIAL DE ANDRADE

RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos morais –
 Matéria jornalística que faz menção a professores
 'mediócras' na universidade em que o autor leciona –
 Ofensa à honra do autor não caracterizada – Ação
 improcedente – Sentença mantida por seus próprios
 fundamentos, nos termos do art. 252 do novo
 Regimento Interno deste Tribunal – Recurso
 desprovido.

Trata-se de apelação de sentença, cujo
 relatório se adota, que julgou procedente ação de
 indenização por danos morais, condenando o autor ao
 pagamento das despesas processuais e dos honorários
 advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa.

Recorre o autor, pleiteando a reforma
 da sentença, a fim de que a ação seja julgada
 procedente, nos termos da inicial.

Recurso processado e respondido.

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

De fato, os termos da matéria
 jornalística de fls. 35, veiculada pela ré, não
 caracterizam ofensa direta à pessoa do autor, sendo
 descabido falar em dever de indenizar no caso em
 apreço. Como bem observou o magistrado a quo:

*"Trata-se de ação de indenização por danos morais
 causados por matéria escrita pelo co-réu, em revista
 publicada pela empresa ré (Veja), intitulada "A saia
 da moça e a ira dos boçais", na qual os professores
 da UNIBAN que teriam sido classificados como
 "mediócras". A alegada ilegitimidade ativa de parte
 confunde-se com o próprio mérito e com ele será
 apreciada.*

*Consta da citada matéria que os estudantes da UNIBAN
 de São Bernardo do Campo, entidade de ensino da qual
 o autor é professor, "engolem em silêncio
 mensalidades abusivas, professores mediócras e o*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sistema de ensino que fabrica fortes candidatos ao desemprego".

Defendem-se os réus com a alegação de que o termo "mediocre" não é pejorativo e que o próprio MEC reconhece a má-qualidade do ensino na UNIBAN.

Reza o dicionário Houaiss da língua portuguesa, que o vocábulo mediocre significa: "1 de qualidade média, comum; mediano, meão modesto, pequeno 2 pej. Sem expressão ou originalidade; mediano, pobre, banal, passável 3 diz-se de pessoa pouco capaz, sem qualquer talento que, de modo geral, fica aquém das outras ou que, num dado campo de atividades, não consegue ultrapassar ou mesmo atingir a média 4 aquilo que está abaixo da média, relativamente à qualidade, originalidade etc.; inexpressivo, ordinário 5 P grau de avaliação acadêmica, entre mau e suficiente". Por outro lado, não se pode negar que se espera de uma instituição de ensino superior que ela tenha em seus quadros professores capacitados, acima da média, com notório saber, a fim de assegurar a excelência de seus cursos.

A avaliação governamental levada a cabo pelo MEC no tocante a UNIBAN atesta que referida universidade obteve conceitos que vão de 1 a 3, com exceção do curso de Medicina Veterinária, em que os conceitos oscilaram entre 3 e 5 (fls. 141/146), obtendo índice Geral de Cursos de Instituição ICG 2009 (Triênio 2007, 2008 e 2009) nota 2 (fls. 147), numa escala que vai de 1 a 5, o que bem denota que a referida universidade oferece ensino de qualidade abaixo da média. Ora, sendo assim, não veiculou a matéria em questão inverdade ao aduzir que na UNIBAN há professores medíocres.

Aliás, nenhuma universidade está isenta de ter em seus quadros algum professor mediocre. Note-se que na matéria não se afirmou que todos os professores da UNIBAN são medíocres, mas sim que há professores medíocres, nenhuma referência fazendo ao nome do autor, seus atributos pessoais e profissionais. Ademais, como o próprio autor afirmou, o episódio envolvendo a UNIBAN e a estudante Geyze foi abordado por outros periódicos e jornais em todo o país.

A matéria jornalística não extrapolou os limites legais, tendo sido exercido o direito de informação nos seus limites, com críticas próprias do trabalho de jornalismo, as quais, como se viu, estão corroboradas por dados fornecidos pelo Ministério da Educação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Há de se consignar que o autor não se desincumbiu de seu ônus probatório, na medida em que não logrou demonstrar e sequer especificou na inicial os danos concretos que teria sofrido em virtude da matéria veiculada na VEJA (percalços pessoais e profissionais), o que afasta o nexo de causalidade e o dever de indenizar. Pelo exposto e por mais que dos autos consta, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial." (fls. 199/202)

No mesmo sentido já decidiu esta Câmara em caso onde membros do próprio Poder Judiciário foram alvo de críticas feitas por um ex-procurador geral da república, Dr. Saulo Ramos. Confira-se:

"EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano Moral - Matérias jornalísticas em que o entrevistado se insurge contra representações formuladas por Promotores de Justiça Eleitoral, devido à propaganda antecipada, imputando-lhes, e a Magistrado, "falta de estudo", "falta de dedicação ao direito", "falta de escolaridade", "falta de estudo ao Direito" e pouca leitura de livros – Lesão à honra de uma das Promotoras subscritoras da representação – Ausência de intensão de ofender a honra profissional ou pessoal da apelante - Referências a deficiências jurídicas que tinham relação com as representações oferecidas, e não com a pessoa da requerente - Os atos praticados no exercício da função pública estão sujeitos à críticas - Não caracterização – Recurso desprovido." (Apelação nº: 0290717-65.2009.8.26.0000).

Destarte, as razões do recurso não trazem fundamentos aptos a alterar a conclusão da sentença apelada, da lavra da MM. Juíza RAQUEL MACHADO CARLEIAL DE ANDRADE, que bem analisou a questão e que, por isso, fica mantida.

Segundo o novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em vigor desde 04 de novembro de 2009, "nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la" (art. 252).

Quanto a isso, já se pronunciou o E. STJ, no julgamento o Recurso Especial nº 662.272-RS, da relatoria do Min. João Otávio de Noronha,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

"verbis":

"PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO PROFERIDO EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS. RATIFICAÇÃO DA SENTENÇA. VIABILIDADE. OMISSÃO INEXISTENTE. ART. 535, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO.

1. Revela-se improcedente suposta ofensa ao art. 535 do CPC quando o Tribunal de origem, ainda que não aprecie todos os argumentos expendidos pela parte recorrente, atém-se aos contornos da lide e fundamenta sua decisão em base jurídica adequada e suficiente ao desate da questão controvertida.

2. É predominante a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça em reconhecer a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-o no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisum. 3. recurso especial não-provido." (REsp 662272/RS, Rei. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2007, DJ 27/09/2007 p. 248)

No mesmo sentido, REsp. nº 641.963-ES, 2ª T., rel. Min. Castro Meira; REsp. nº 592.092-AL, 2ª T., rel. Min. Eliana Calmon e REsp. nº 265.534-DF, 4ª T., rel. Min. Fernando Gonçalves.

Nada mais é preciso acrescentar, portanto, aos sólidos fundamentos deduzidos pelo magistrado de primeiro grau, que ora ficam ratificados.

Diante do exposto, **NEGA-SE PROVIMENTO** ao recurso.

RUI CASCALDI

Relator